

1 **MINUTA DE ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2019 DA CÂMARA**
2 **TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO – CTPLAN - DO CBH DO**
3 **BAIXO IVAÍ E DO PARANÁ 1**

4 Pauta: **1.** Abertura pelo coordenador; **2.** Apresentação dos objetivos da reunião;
5 **3.** Apresentação do histórico das discussões sobre o Plano das Bacias do
6 Baixo Ivaí e Paraná 1; **4.** Apresentação dos produtos pela empresa Consultora;
7 **5.** Discussão dos produtos apresentados e retomada sobre enquadramento
8 proposto nas bacias; **6.** Estratégias de encaminhamentos para convocar
9 Plenário e Consultas Públicas; **7.** Assuntos gerais.

10 Aos onze dias de junho de dois mil e dezenove, às 8h45, na Sala de Reuniões
11 do prédio da Administração da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR
12 – Campus Paranavaí, iniciou-se a 1ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de
13 Acompanhamento do Plano - CTPLAN, do Comitê da Bacia Hidrográfica do
14 Baixo Ivaí e do Paraná 1, reunindo os membros JOÃO EGÍDIO DA SILVA,
15 coordenador da CTPLAN, da UNESPAR; ARNALDO GIOVANI RECH e
16 LUCIANO RODRIGUES PENIDO, da Companhia de Saneamento do Paraná -
17 SANEPAR; FÁBIO ZAMPIERI e MARCOS EDMILSON MAZIERO, da Usina de
18 Açúcar Santa Terezinha; JOÃO ARTUR CASADO, do Conselho Regional de
19 Engenharia e Agronomia – CREA/PR; DEMERVAL A. SILVESTRE, do
20 Sindicato Rural; e os convidados BRUNO TONEL OTSUKA, JOÃO LECH
21 SAMEK, KAROLLYNE DE ABREU TERNOSKI, TATIANA AKEMI SAKAGAMI e
22 TIAGO MARTINS BACOVIS, do Instituto das Águas do Paraná –
23 AGUASPARANÁ; ANDRÉIA PEDROSO e ARTUR BERTONE, da RHA
24 Engenharia; SUELI M. MIAMOTO, da Secretaria Municipal do Meio
25 Ambiente de Paranavaí; MILTON MARIN, da Secretaria Estadual da Saúde -
26 SESA; ISMAEL VASQUES, CARLOS HENRIQUE GONÇALVES, PAULO
27 SERGIO MENDES DOS SANTOS, KÁTIA C. NAKANDAKARE e EMÍLIA
28 DOMINGUES, da SANEPAR; ERNI LIMBERGER, do Instituto Paranaense de
29 Assistência e Extensão Rural – EMATER; BRUNA AMÉLIA VIZZOTTO, da
30 Coopcana; EVARISTO VOLPATO e ANTÔNIO CRAICI, da Prefeitura de Porto
31 Rico; ROBERTSON AZEVEDO, do Ministério Público do Paraná - MPPR; e
32 DAVID GOBOR, do Instituto Ambiental do Paraná – IAP. O coordenador da
33 CTPLAN, Sr. JOÃO EGÍDIO DA SILVA, da UNESPAR, deu as boas-vindas a
34 todos e abriu oficialmente a reunião (**item 1 da pauta**). Em seguida, passou a
35 palavra ao presidente do CBH do Baixo Ivaí e Paraná 1, Sr. ARNALDO G.
36 RECH, para que apresentasse os objetivos da reunião (**item 2**): retomada do
37 plano de bacias e encaminhamentos para que ele fosse concluído, passando
38 pela aprovação da CTPLAN, antes de ser levado ao Plenário. O Sr. BRUNO T.
39 OTSUKA, do AGUASPARANÁ, tomou a palavra e apresentou-se como Diretor-
40 Adjunto de Gestão de Bacias Hidrográficas do Instituto das Águas e reiterou
41 que seu desafio era retomar e alavancar as atividades dos Comitês
42 paranaenses em funcionamento. O Sr. MARCOS E. MAZIERO, da USINA DE
43 AÇÚCAR SANTA TEREZINHA, interveio para dizer que tinha havido um
44 equivoco com o mandato, pois houve uma eleição em 2017 e foi deliberado
45 que o período do mandato seria de 2017 a 2021 (**item 3**). Sugeriu tentar
46 contato com o Sr. Osval, secretário executivo do Comitê, àquela época. O Sr.
47 BRUNO T. OTSUKA, do AGUASPARANÁ, disse não ter conseguido essa
48 memória. Apesar disso, disse que a renovação e/ou atualização dos dados dos
49 representantes era válida e estava sendo realizada pelo AGUASPARANÁ.
50 Aproveitando a ocasião, sugeriu uma rodada de apresentações dos
51 participantes. Em seguida, agradeceu a presença da empresa consultora RHA
52 e passou a palavra à engenheira Andréia para que iniciasse a apresentação
53 sobre a proposta de enquadramento e programa de efetivação (**item 4**). A Sr^a
54 ANDRÉIA PEDROSO, da RHA Engenharia, apresentou, destacando alguns
55 pontos: tratava-se de um contrato de 2014; enquadramentos atendiam ainda às
56 Portarias da década de 90; o horizonte de planejamento adotado foi até 2030; a
57 vazão de referência adotada foi a Q_{95%} e o parâmetro de qualidade foi a DBO.

58 O Sr. ARNALDO G. RECH, da SANEPAR, interveio, pedindo para que a Sr^a
59 Andréia explicasse a todos o que significava a Q_{95%}. A Sr^a ANDRÉIA
60 PEDROSO, da RHA Engenharia, explicou que se tratava da vazão
61 apresentada pelo rio, em 95% do tempo. A Sr^a KÁTIA C. NAKANDAKARE, da
62 SANEPAR, complementou, justificando que foi adotada a Q_{95%} por ser a
63 mesma utilizada atualmente nas análises de outorgas de captações e
64 lançamentos. A Sr^a ANDRÉIA PEDROSO, da RHA Engenharia, assentiu e
65 mencionou ainda que, inicialmente, o Termo de Referência estabelecia como
66 vazão de referência a Q_{70%}. A Sr^a KÁTIA C. NAKANDAKARE, da SANEPAR,
67 esclareceu que a vazão Q_{70%} pode ser utilizada quando inclui as fontes difusas
68 de poluição e também deve ser adotada como vazão de referência para o
69 monitoramento do atendimento ao enquadramento, defendendo que tais
70 questões poderiam ser mais bem discutidas no âmbito da Câmara Técnica. A
71 Sr^a ANDRÉIA PEDROSO, da RHA Engenharia, retomou a apresentação,
72 destacando que os lançamentos ditos “possíveis” se referiam às situações de
73 empresas que possuíam outorga de captação, porém não apresentavam
74 registro de outorga de lançamento mas que, provavelmente, lançam efluente
75 no corpo d’água. Nestes casos, foi adotado um coeficiente de retorno para a
76 vazão outorgada para a captação e uma DBO média de lançamento. A Sr^a
77 KÁTIA C. NAKANDAKARE, da SANEPAR, questionou se, nos cenários de
78 2025, a adoção de classe 1 para as áreas de mananciais havia sido resultado
79 do modelo matemático. A Sr^a ANDRÉIA PEDROSO, da RHA Engenharia,
80 respondeu que foi adotada classe 1 nas áreas de mananciais, pois nos
81 cenários não se obteve nada significativo que indicasse qualquer mudança de
82 classe nessas áreas. A Sr^a KÁTIA C. NAKANDAKARE, da SANEPAR,
83 perguntou se foram consideradas classe especial para as Unidades de
84 Conservação de Proteção Integral, classe 1 para as Terras Indígenas, e se foi
85 considerado o Decreto Estadual que estabelece classe especial nas RPPNs. A
86 Sr^a ANDRÉIA PEDROSO, da RHA Engenharia irá confirmar com a equipe, mas
87 a princípio, a delimitação dessas áreas foi a apresentada nos slides. Retomou
88 novamente a apresentação, justificando que o programa de efetivação
89 acompanhava a primeira proposta de enquadramento, elaborada em 2015,
90 antes das correções na proposta de enquadramento com base nos dados da
91 Sanepar. Portanto, não houve atualização do programa de efetivação do
92 enquadramento. Concluída a apresentação, abriu-se a palavra para a Câmara
93 Técnica (**item 5**). O Sr. BRUNO T. OTSUKA, do AGUASPARANÁ, comentou
94 sobre a Resolução CERH/PR nº 101/2017, que recomenda aos Comitês que
95 considerem, em seus estudos, as classes especial, 1, 2 e 3, até 2040. Neste
96 contexto, perguntou se a empresa consultora teria condições de atualizar o
97 programa de efetivação. A Sr^a ANDRÉIA PEDROSO, da RHA Engenharia,
98 respondeu que sim. A Sr^a KÁTIA C. NAKANDAKARE, da SANEPAR, comentou
99 que não conseguira visualizar nos relatórios as simulações sobre os
100 investimentos necessários para alcançar o enquadramento proposto. A Sr^a
101 ANDRÉIA PEDROSO, da RHA Engenharia, defendeu que, apesar de
102 realizadas tais simulações, não se materializaram nos produtos, pois até então
103 não haviam sido discutidos, formalmente, na Câmara Técnica ou no Plenário.
104 O Sr. TIAGO M. BACOVIS, do AGUASPARANÁ, apresentou a solicitação de
105 revisão de enquadramento do ribeirão Paiçandu, em Maringá, baseado na
106 Portaria nº 03/2018, de declaração de áreas críticas emitida pelo
107 AGUASPARANÁ. A Sr^a KÁTIA C. NAKANDAKARE, da SANEPAR, perguntou
108 se o departamento de outorgas do AGUASPARANÁ considerava que uma
109 indústria que solicita uma outorga de captação, por consequência, deveria
110 solicitar uma de lançamento também. O Sr. TIAGO M. BACOVIS, do
111 AGUASPARANÁ, respondeu que não. A Sr^a ANDRÉIA PEDROSO, da RHA
112 Engenharia, disse que adotou o lançamento industrial “possível” conforme
113 acordado com o engenheiro Enéas Machado, responsável pelo projeto, por
114 parte do AGUASPARANÁ, à época. O Sr. LUCIANO PENIDO, da Sanepar

115 confirmou que a adoção dos lançamentos “possíveis” seria um procedimento
116 mais conservador para o enquadramento e que a confirmação da existência
117 desses lançamentos poderia ser realizada na próxima revisão do Plano. O Sr.
118 TIAGO M. BACOVIS ressaltou que, nesse tempo de descompasso das
119 atividades do Comitê, o cadastro de outorgas já devia ter sido atualizado,
120 principalmente quanto às outorgas de lançamento. A Sr^a KÁTIA C.
121 NAKANDAKARE, da SANEPAR, sugeriu a inserção de tabelas como anexos,
122 para facilitar a consulta e verificação dos pontos de captações e lançamentos
123 usados na proposta de enquadramento. Destacou que isso seria importante no
124 plano de efetivação. Pediu para justificar melhor o termo “captações e
125 lançamentos possíveis” no texto do Produto5. A Sr^a ANDRÉIA PEDROSO, da
126 RHA Engenharia, disse que já constava uma tabela no relatório de maio de
127 2018. O Sr. JOÃO A. CASADO, do CREA-PR, comentou a respeito da
128 qualidade da água, especialmente no âmbito do turismo na região, indicando
129 problemas com assoreamento e erosão, de forma geral, e perguntando se tais
130 aspectos haviam sido considerados em algum cenário pela consultora. A Sr^a
131 ANDRÉIA PEDROSO, da RHA Engenharia, esclareceu que o assoreamento foi
132 considerado no plano, e até foi refletido em um programa. Quanto às
133 potencialidades do turismo na região e seus impactos nos recursos hídricos,
134 devido ao intervalo de tempo inativo, talvez não tivessem sido considerados,
135 não tendo um programa que os contemplassem. A Sr^a KÁTIA C.
136 NAKANDAKARE, da SANEPAR, sugeriu que cada lacuna de conhecimento
137 identificada na elaboração do Plano, tais como o cadastro de usuários
138 inconsistente, deveria resultar em um programa de intervenção, no Produto 7.
139 O Sr. JOÃO A. CASADO, do CREA-PR, salientou que as cidades do norte
140 paranaense estavam diminuindo e procurando alternativas para atrair
141 investimentos, como o turismo. A Sr^a KÁTIA C. NAKANDAKARE, da
142 SANEPAR, comentou que havia dificuldade em avaliar a demanda,
143 considerando população flutuante, advinda desses investimentos. O Sr.
144 ROBERTSON AZEVEDO, do MPPR, defendeu que a água não era apenas
145 para consumo e diluição, devendo ser considerado o seu uso não consuntivo,
146 especialmente com as práticas náuticas relatadas na região. O Sr. EVARISTO
147 VOLPATO, Prefeito Municipal de PORTO RICO, corroborou destacando a frota
148 náutica encontrada no Resort. A Sr^a KÁTIA C. NAKANDAKARE, da SANEPAR,
149 propôs que o primeiro passo fosse uma verificação da matriz de
150 enquadramento, para conferir quais tipologias existiam de fato. O Sr. JOÃO A.
151 CASADO, do CREA-PR, mencionou os municípios de Terra Rica, Porto Rico e
152 Paraíso do Norte, como potenciais usuários e interessados de recursos
153 hídricos, no contexto do turismo. A Sr^a ANDRÉIA PEDROSO, da RHA
154 Engenharia, lembrou que, desde o início do plano, as informações seriam
155 obtidas via AGUASPARANÁ. Fez a ressalva de que havia enviado diversos
156 formulários para as Prefeituras, porém, não obteve muitos retornos. Foram
157 considerados dois tipos de usos da água: consuntivo e não-consuntivo. Assim,
158 os programas de efetivação ficaram mesmo genéricos, justamente pela falta de
159 reuniões e debates acerca dos relatórios. De todo modo, reconheceu que,
160 naquele momento, estavam sendo apontadas informações relevantes para a
161 consolidação do plano. O Sr. BRUNO T. OTSUKA, do AGUASPARANÁ,
162 ressaltou que, ao final do plano, haveria o programa de intervenções na bacia,
163 devendo contemplar prazos e responsáveis. Comprometeu-se a verificar, com
164 a empresa consultora, a compatibilidade da proposta de enquadramento e o
165 plano de ações, por exemplo, se o enquadramento estaria prevendo o
166 direcionamento turístico da bacia. O Sr. ARNALDO G. RECH, da SANEPAR,
167 apontou falta de mais clareza no relatório quanto ao rio que tinham no
168 momento e o que precisa ser feito para se chegar no enquadramento proposto,
169 de acordo com os usos. Apontou também a falta de considerações acerca do
170 assoreamento na região e, em especial, do município de Loanda, com o
171 lançamento direto de efluente industrial na rede da Sanepar. O Sr.

172 ROBERTSON AZEVEDO, do MPPR, reiterou seu pedido de que pelo menos
173 os pontos de lançamento da indústria têxtil, da galvanoplastia e dos frigoríficos
174 fossem destacados no relatório. A Sr^a KÁTIA C. NAKANDAKARE, da
175 SANEPAR, sugeriu um programa específico voltado às águas subterrâneas,
176 tendo em vista os aquíferos vulneráveis da região e a captação significativa de
177 poços. O Sr. JOÃO A. CASADO, do CREA-PR, sugeriu contato com os
178 Consórcios Municipais, para obter melhor retorno de informações: Colipa,
179 Comafen e Cica. Após algumas considerações sobre os desafios de contenção
180 de erosão nas bacias, o Sr. JOÃO EGÍDIO DA SILVA, da UNESPAR, retomou
181 a pauta e o Sr. ARNALDO G. RECH, da SANEPAR, perguntou quais seriam os
182 encaminhamentos a partir daquela ocasião (**item 6**). O Sr. BRUNO T.
183 OTSUKA, do AGUASPARANÁ, sugeriu encaminhar a ata por e-mail aos
184 participantes e à empresa, abrindo um prazo para contribuições e aprovação.
185 Salientou que eventuais contribuições poderiam ser remetidas àqueles e-mails
186 informados no convite e reiterou o envio de ofício para que os membros
187 atualizassem os dados de seus representantes. Passando-se aos assuntos
188 gerais (**item 7**), falou-se brevemente sobre a estruturação da Secretaria de
189 Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo, do iminente Instituto
190 Água e Terra e, por fim, deu-se um panorama do andamento dos outros
191 comitês de bacias paranaenses. O Sr. LUCIANO PENIDO, da SANEPAR,
192 questionou como ficariam a questão orçamentária que não constava no plano
193 de efetivação, mas sendonecessária para análise. A Sr^a ANDRÉIA PEDROSO,
194 da RHA Engenharia, disse que iria verificar nos relatórios enviados. A Sr^a
195 KÁTIA C. NAKANDAKARE, da SANEPAR, reiterou o pedido do colega,
196 dizendo que não encontrara nada a respeito de orçamentos nos relatórios
197 apresentados. O Sr. DEMERVAL A. SILVESTRE, do SINDICATO RURAL,
198 comentou a respeito de potenciais projetos de irrigação nos municípios das
199 bacias, citando o case de sucesso do Paranapanema e sugerindo visitas
200 técnicas àquela região. O Sr. ARNALDO G. RECH, da SANEPAR, enfatizou a
201 importância da CTPLAN e do Comitê e o Sr. MARCOS E. MAZIERO, da USINA
202 DE AÇÚCAR SANTA TEREZINHA, aproveitou para expor necessidade de
203 revisão do regimento interno e apoio do Estado, sugerindo que fosse instituído
204 um Grupo de Trabalho para isso. O Sr. BRUNO T. OTSUKA, do
205 AGUASPARANÁ, comentou sobre o Encontro Nacional de Comitês de Bacias
206 Hidrográficas – ENCOB, previsto para ocorrer do dia 21 a 25 de outubro de
207 2019 e que iria enviar um ofício circular para comunicar a todos efetivamente.
208 O Sr. ARNALDO G. RECH, da SANEPAR, perguntou pela data da próxima
209 reunião da CTPLAN. O Sr. BRUNO T. OTSUKA, do AGUASPARANÁ,
210 respondeu que a data ficaria condicionada à resposta da empresa consultora,
211 depois de encaminhadas as demandas consolidadas pós-CTPLAN e a ata
212 daquela reunião. Às 11h30, em não havendo mais contribuições, o Sr. JOÃO
213 EGÍDIO DA SILVA, coordenador da CTPLAN do CBH do BAIXO IVAÍ E DO
214 PARANÁ 1, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião de
215 que se tratou a presente ata.

216

217

218

219 **João Egídio da Silva**

220 Coordenador da CTPLAN do CBH do Baixo Ivaí e Paraná 1